CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 4358/90 - Apenso DRE-4-Norte nº 4064/9387

INTERESSADA: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais /
Caieiras

ASSUNTO : Convênio objetivando o desenvolvimento e melhoria da
educação especial gratuita

RELATOR : Conselheiro NACIM WALTER CHIECO

PARECER CEE Nº 932/90 APROVADO EM 28/11/1.990

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

O Senhor Secretario de Estado da Educação encaminha à apreciação deste Colegiado proposta de celebração de convênio entre a Secretaria e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caieiras, mantenedora da Escola de Educação Especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, objetivando o desenvolvimento e melhoria da educação especial gratuita, com fundamento no Decreto nº 18.397/82.

Os autos estão instruídos de acordo com o disposto na Resolução SE nº 236/86, que baixou normas complementares ao referido Decreto, obtendo, após longa tramitação, parecer favorável das autoridades competentes, nos diversos níveis administrativos da Secretaria.

Com o Parecer nº 436/90 da Douta Consultoria Jurídica da Pasta, também favorável, vêm os autos à apreciação deste Conselho.

2. APRECIÇÃO

O Decreto nº 18.397/82, que dispõe sobre a celebração de convênios com instituições particulares de caráter assistencial e dá outras providências, diz em seu artigo 1º:

"ARTIGO 1º - A Secretaria da Educação poderá celebrar convênios com instituições particulares que mantêm serviços de assistência e de ensino, que atuam na educação comum, pré-escolar ou especial, desde que a instituição interessada satisfaça as seguintes condições:

- I. ser pessoa jurídica de direito privado;
- II. ter matrícula como obra social, na Secretaria de Estado da Promoção Social;
- III. possuir autorização para o funcionamento da escola e/ou classes;

IV. comprovar a existência de número regulamentar de crianças;

V. aceitar e facilitar às autoridades da Secretaria da Educação a orientação, o acompanhamento e a avaliação das atividades desenvolvidas pela escola, e, em seu artigo 2º:

"Artigo 2º - A Secretaria da Educação poderá:

I. ...

II. destinar à entidade conveniente subvenção para contratação de professores para prestarem exclusivamente serviços docentes."

Das normas complementares baixadas pela Resolução SE nº 236/86, constam: a relação dos documentos necessários à instrução dos processos; as responsabilidades de cada nível administrativo da Secretaria na análise da proposta, bem como na supervisão e controle da execução dos convênios firmados; os critérios a serem observados no exame da solicitação do convênio, em termos de número de alunos por classe de acordo com os níveis e modalidades de ensino; a habilitação/especialização exigida para o exercício da docência no caso da educação especial e pré-escolar e os critérios para cálculo do valor da subvenção anual, tendo como base os vencimentos iniciais do cargo de Professor I da rede estadual de ensino.

Pela análise dos autos verifica-se que a documentação apresentada, bem como a, minuta de convênio encaminhada, atende ao disposto na citada legislação.

Assim, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caieiras, através da Escola de Educação Especial da Associação de pais e Amigos dos Excepcionais mantém o Curso de 1º Grau na modalidade de Educação Especial, para deficientes mentais educáveis e deficientes treináveis, autorizado pela Portaria DRE-4-Norte - D.O.E. de 17/02/87, Pagina 11, contando a instituição com alunos suficientes para a instalação de 02 (duas) classes.

Pela proposta, está sendo prevista a subvenção para contratação de 02 (dois) professores, perfazendo um total de Cr\$ 113.724,96, (cento e treze mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros e noventa e seis centavos), para o exercício de 1990. Esse valor está su-

jeito a reajuste, por expressa autorização do Secretário da Educação, obedecendo à variação salarial dos professores da rede estadual de ensino, e na medida da disponibilidade financeira da Pasta a época da celebração do convênio, bem como durante sua vigência, até 31-12-1991.

De acordo com informação constante dos autos, as despesas decorrentes deste convênio correrão à conta de recursos do excesso de arrecadação da Quota Estadual do Salário Educação do exercício de 1990, conforme Plano encaminhado a este Conselho e aprovado pelo Parecer CEE nº 772/90.

3. CONCLUSÃO

Aprova-se, nos termos deste Parecer, a celebração de convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caieiras, mantenedora da Escola de Educação Especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, objetivando o desenvolvimento e melhoria da educação especial gratuita.

São Paulo, 13 de novembro de 1990.

a) Consº NACIM WALTER CHIECO
RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 28 de novembro de 1990.

a) Consº JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
Presidente